

resultados

2T19



isa

CTEEP



São Paulo, 30 de julho de 2019 – A ISA CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("ISA CTEEP", "Companhia", B3: TRPL3 e TRPL4), anuncia seus resultados do segundo trimestre de 2019 (2T19) e do primeiro semestre do ano (1S19). Os Resultados Regulatórios estão apresentados de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) com o objetivo de colaborar com o entendimento do negócio da Companhia. Adicionalmente, é possível encontrar os resultados de acordo com as normas da CVM e os CPCs aplicáveis e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) na seção de "Anexos" deste documento.

Principais Indicadores Regulatórios (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T19	2T18	Var (%)	1S19	1S18	Var (%)
Receita Líquida	692,4	739,4	(6,4%)	1.386,6	1.471,7	(5,8%)
EBITDA Ajustado ¹	599,0	682,9	(12,3%)	1.213,7	1.366,9	(11,2%)
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>78,9%</i>	<i>83,6%</i>	<i>(4,7) p.p.</i>	<i>73,1%</i>	<i>79,4%</i>	<i>(6,3) p.p.</i>
Lucro Líquido	240,3	342,3	(29,8%)	474,4	647,6	(26,7%)
<i>Margem Líquida</i>	<i>34,7%</i>	<i>46,3%</i>	<i>(11,6) p.p.</i>	<i>34,2%</i>	<i>44,0%</i>	<i>(9,8) p.p.</i>
ROE (acumulado de 12 meses)	16,0%	15,8%	0,1 p.p.	16,0%	15,8%	0,1 p.p.

¹ Exclui a equivalência patrimonial e outros efeitos não recorrentes e inclui o EBITDA proporcional à participação nas Coligadas com o objetivo de apresentar uma visão mais adequada da geração de caixa operacional da Companhia.

Teleconferência 2T19

31.07.2019

10h00 (BRT) / 09h00 (EDT)

Informações para Conexão:

Brasil: +55 11 3193-1070 / +55 11 2820-4070

Outros Países: +1 646 828-8246 / +1 646 291-8936

Senha: ISA CTEEP

Link para webcast disponível no site de Relações com Investidores:
www.isactEEP.com.br/ri

Contatos - Relações com Investidores

Michelle Lourenço Corda
Lúcia de Luiz Cesari
Gabriela Rigo Bussotti

Telefone:
+55 11 3138-7557
E-mail:
ri@isactEEP.com.br



ÍNDICE

1.	A ISA CTEEP	
1.1	A ISA CTEEP	4
1.2	Composição Acionária	5
1.3	Estrutura Societária	6
1.4	Crescimento	6
2.	Desempenho Operacional	9
3.	Desempenho Financeiro	9
3.1	Receita Operacional	9
3.2	Custos e Despesas de O&M	10
3.3	Equivalência Patrimonial	11
3.4	EBITDA e Margem	12
3.5	Resultado Financeiro	12
3.6	Lucro Líquido	13
3.7	Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)	13
4.	Endividamento	15
5.	Investimentos	16
6.	Proventos	16
7.	Mercado de Capitais	16
8.	Eventos do Período	17
9.	Eventos Subsequentes	21
10.	Outras Informações Relevantes	21
10.1	Renovação da Concessão - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)	21
10.2	Plano de Complementação de Aposentadoria - Lei 4.819/58	23
11.	Anexos	24

* Resultados em Excel disponível no website de Relações com Investidores



A ISA CTEEP

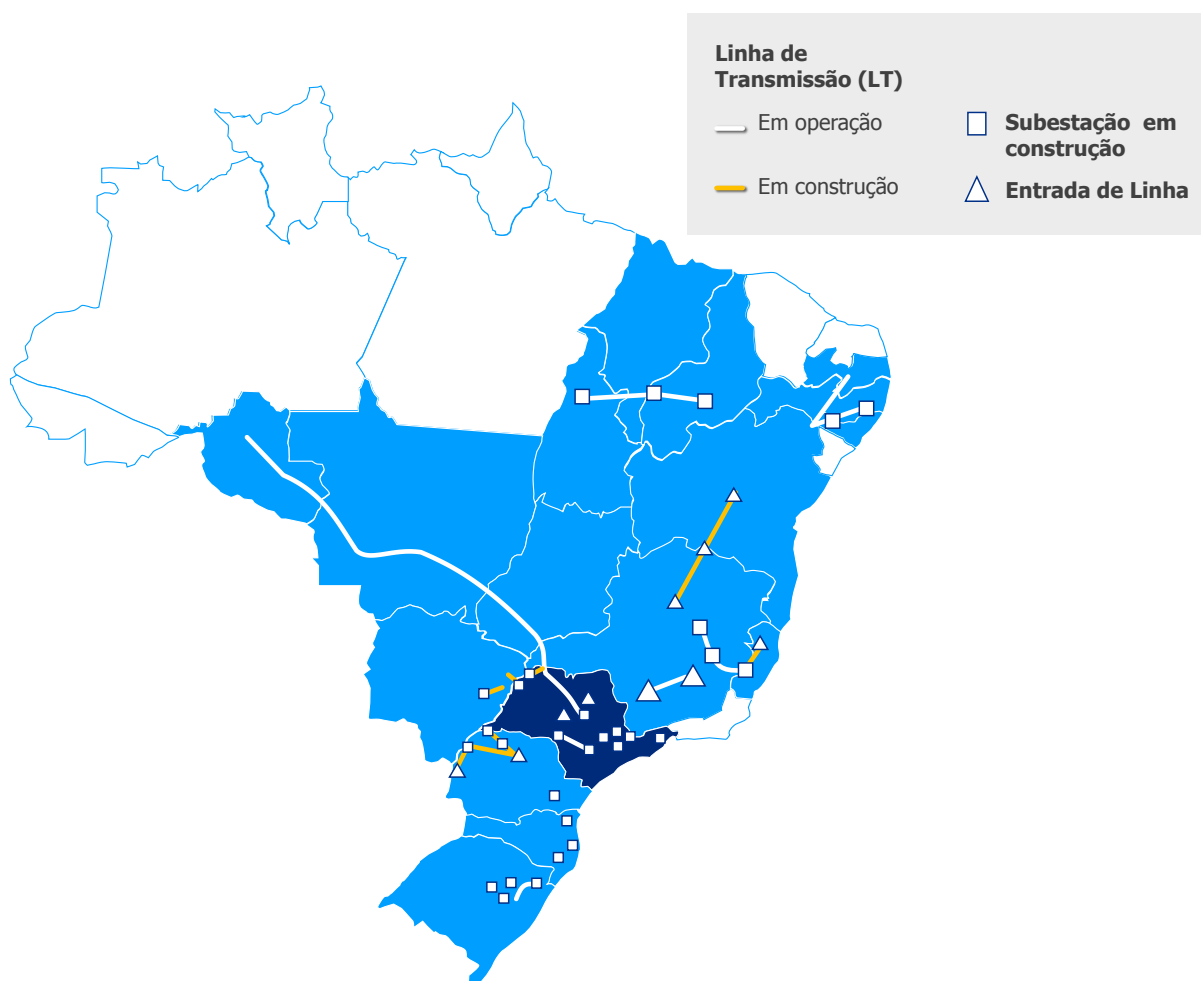
A ISA CTEEP é a maior empresa privada de transmissão de energia do setor elétrico brasileiro e faz parte do Sistema Interligado Nacional ("SIN") que engloba o sistema elétrico brasileiro como um todo (exceto por alguns sistemas isolados) e atende aproximadamente 99% da carga total do sistema. Com suas atividades e de suas empresas controladas e coligadas, presentes em 17 estados do País, a Companhia transmite aproximadamente 25% de toda a energia elétrica do Brasil, 60% da energia consumida na Região Sudeste e quase 100% da energia do Estado de São Paulo.

A coordenação e o controle da operação das instalações da Companhia, e de todas as instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN, são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Em 30 de junho de 2019, a capacidade instalada da Companhia (controladora, controladas e coligadas em operação) totalizou 65,9 mil MVA de transformação, 18,6 mil quilômetros de linhas de transmissão, 25,8 mil quilômetros de circuitos e 126 subestações próprias com tensão de até 550 kV.

Para operar com eficiência nosso complexo sistema de transmissão, dispomos de uma equipe de mais de 1.400 colaboradores e instalações que proporcionam qualidade e confiabilidade na prestação dos serviços.

Comprometidos com o desenvolvimento da infraestrutura energética do País, realizamos contínuos investimentos, mantendo nossa rede modernizada e contribuindo diretamente para a expansão do sistema de transmissão nacional. Nos últimos três anos a Companhia arrematou dez lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL, que adicionarão 2 mil km de linhas de transmissão com incremento de 8 mil MVA de potência ao sistema.



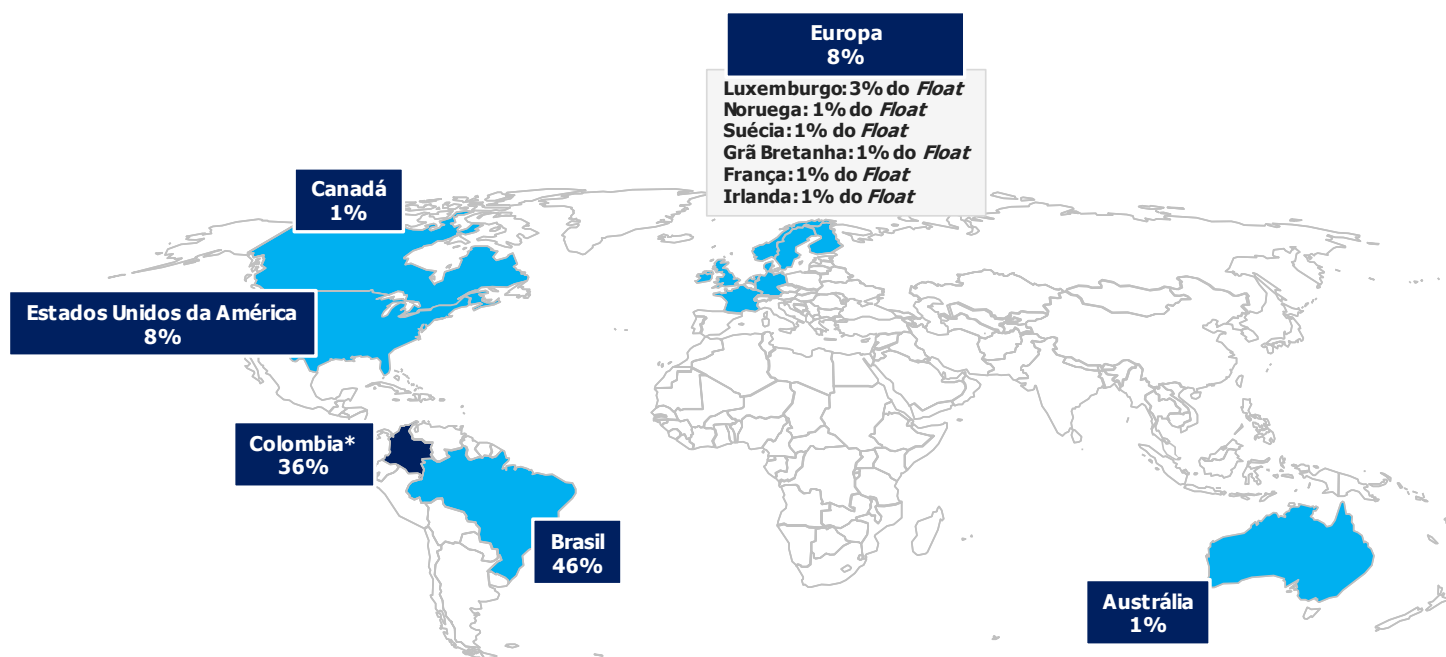


Composição Acionária

A ISA CTEEP é controlada pela ISA, empresa multilatina de sistemas de infraestrutura lineares, e tem entre seus investidores a Eletrobras, o maior grupo brasileiro de energia elétrica.

Acionistas	TRPL3 (ON)	%	TRPL4 (PN)	%	Total	%
ISA Capital do Brasil	230.856.832	89,50%	5.144.528	1,28%	236.001.360	35,82%
Ações em Circulação	27.080.900	10,50%	395.801.044	98,72%	422.881.944	64,18%
Eletrobras	25.158.644	9,75%	208.023.032	51,88%	233.181.676	35,39%
Outros	1.922.256	0,75%	187.778.012	46,83%	189.700.268	28,79%
Total	257.937.732	100%	400.945.572	100%	658.883.304	100%

Distribuição do Capital Total em 30/06/2019



* Considera participação da Isa Capital do Brasil, veículo de investimento da ISA Colômbia para a aquisição da ISA CTEEP.

Excluindo as participações de Eletrobras e ISA, 64% da base acionária é composta por investidores estrangeiros (32% América do Norte, 27% Europa, 3% Oceania e 2% Ásia) e 36% por investidores brasileiros.



Estrutura Societária

A estrutura societária da ISA CTEEP compreende suas empresas controladas e coligadas, conforme demonstrado abaixo:

		Local	RAP Ciclo 2019/2020 ¹ (R\$ milhões)	RAP ISA CTEEP Ciclo 2019/2020 (R\$ milhões)	Regime Fiscal ²	Participação (%)	Consolidação
ISA CTEEP	Operacional	São Paulo	2.579	2.579	Lucro Real	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Madeira ³	Operacional	Rondônia / SP	510	260	Lucro Real	ISA CTEEP 51% / Furnas 24,5% / Chesf 24,5%	Equivalência Patrimonial
IE Ivai	Em construção	Paraná	292	146	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Paraguauçu	Em construção	Bahia / MG	118	59	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Garanhuns	Operacional	Pernambuco	91	46	Lucro Real	ISA CTEEP 51% / Chesf 49%	Equivalência Patrimonial
IE Aimorés	Em construção	Minas Gerais	80	40	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Serra do Japi	Operacional	São Paulo	58	58	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Aguapeí	Em construção	São Paulo	59	59	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Pinheiros	Operacional	São Paulo	57	57	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itaúnas	Em construção	Espírito Santo	52	52	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itaquerê	Em construção	São Paulo	51	51	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE NNE	Operacional	Tocantins	46	46	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Biguaçu	Em construção	Santa Catarina	40	40	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Tibagi	Em construção	SP / Paraná	20	20	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE MG	Operacional	Minas Gerais	19	19	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Sul ⁴	Operacional	Rio Grande do Sul	18	18	Lucro Real	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itapura - Bauru	Em construção	São Paulo	12	12	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itapura - Lorena	Em construção	São Paulo	10	10	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Evrecy	Operacional	Espírito Santo	10	10	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
Total			4.124	3.584			

¹ RAP ciclo 2019/2020 com PA, líquida de PIS e COFINS

² Lucro Presumido: calcula-se presunção de 8% sobre a receita operacional com retenção de 25% de IR sobre o valor presumido. Para o CSLL, calcula-se presunção de 12% sobre a receita operacional com retenção de 9% de CSLL sobre o valor presumido. Lucro Real: 34% de IR + CSLL sobre lucro tributável apurado

³ Pendências impeditivas no Contrato 015/2009 resultam em aplicação de fator redutor equivalente a 10% da RAP associada ao contrato (aproximadamente 5% do RAP total)

⁴ Consolidação integral a partir de setembro de 2018

Crescimento

A ISA CTEEP está constantemente avaliando oportunidades no mercado para o seu crescimento e tem avançado neste âmbito. A estratégia da Companhia consiste em expandir a sua presença no território nacional através de leilões e/ou aquisições com sinergias com as operações existentes, respeitando o retorno mínimo exigido.

Nos últimos três anos, a Companhia arrematou dez lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL, que adicionarão 2 mil km de linhas de transmissão com incremento de 8 mil MVA de potência ao sistema. Os novos projetos somam investimento estimado de R\$ 2,9 bilhões com incremento da RAP (ciclo 2019/2010) de cerca de R\$ 489 milhões, após a entrada em operação dos ativos.

A evolução dos projetos está em linha com o orçamento e cronograma desafiador estimados, que considera redução de CapEx e antecipação da entrada em operação vs. premissa ANEEL. Até 30 de junho de 2019, foram investidos cerca de R\$ 494 milhões nos 10 novos projetos.



Leilões	Subsidiárias	% ISA CTEEP	Localidade	Investimento ANEEL Participação ISA CTEEP (R\$ MM)	Deságio	RAP ISA CTEEP Ciclo 2019/2020 (R\$ MM)	Assinatura do Contrato	Prazo de Implementação ANEEL	Data de Necessidade ¹	Licenciamento Ambiental (LI)	Início da Construção
Leilão 013/2015 28/10/2016	IE Paraguaçu (Lote 3)	50%	Bahia Minas Gerais	255	0,0%	59	fev/17	fev/22	jan/19 ²	✓	2T19
	IE Aimorés (Lote 4)	50%	Minas Gerais	171	0,0%	40	fev/17	fev/22	jan/19 ²	✓	2T19
	IE Itaúnas (Lote 21)	100%	Espírito Santo	298	25,1%	52	fev/17	fev/22	jul/18	✓	3T18 ³
Leilão 05/2016 24/04/2017	IE Ivaí (Lote 1)	50%	Paraná	968	33,2%	146	ago/17	ago/22	fev/21 ⁴	✓ ⁵	-
	IE Tibagi (Lote 5)	100%	São Paulo Paraná	135	32,2%	20	ago/17	ago/21	jan/17	✓	3T18
	IE Itaquerê (Lote 6)	100%	São Paulo	398	44,5%	51	ago/17	ago/21	jun/18	✓	3T18
	IE Aguapeí (Lote 29)	100%	São Paulo	602	52,7%	59	ago/17	ago/21	dez/18	✓	2T19
	IE Itapura (Lote 25)	100%	São Paulo (Bauru)	126	57,6%	12	ago/17	fev/21	jan/20	✓	2T18
Leilão 02/2018 29/06/2018	IE Itapura (Lote 10)	100%	São Paulo (Lorena)	238	73,9%	10	set/18	set/22	set/21	3T19	-
	IE Biguaçu (Lote 1)	100%	Santa Catarina	641	66,7%	40	set/18	set/23	set/21	1T20	-
Total				3.831		489					

¹ Conforme contrato de concessão

² Condiicionado ao Lote 02 (Alupar)

³ IE Itaúnas é formada pela implantação da linha de transmissão de 345 kV Viana 2 (ES) – João Neiva 2 (ES), a construção da nova subestação 345/138 kV João Neiva 2, e a ampliação da subestação 345 kV Viana. A Companhia iniciou as obras de construção da subestação ("SE") Viana. A licença de instalação para a Linha de Transmissão e Subestação João Neiva 2 ainda não foi emitida.

⁴ Para recebimento da totalidade da RAP

⁵ A IE Ivaí obteve LI referente à SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019. Estão pendentes as LI's para Linhas de Transmissão e outras subestações deste projeto.

IE Paraguaçu

O empreendimento está localizado nos estados da Bahia e de Minas Gerais e é formado pela implementação da linha de transmissão de 500 kV (338 km), que interligará a subestação Poções III à subestação Padre Paraíso 2, constituindo o segundo circuito entre essas subestações. Em maio de 2019, a transmissora obteve a Licença de Instalação ("LI") para o empreendimento, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis ("IBAMA"), e as obras iniciaram no 2T19.

IE Aimorés

O empreendimento está localizado no estado de Minas Gerais e é formado pela implementação da linha de transmissão de 500 kV (208 km), que interligará a subestação Padre Paraíso 2 à subestação Governador Valadares 6, constituindo o segundo circuito entre essas subestações. Em abril de 2019, a subsidiária obteve LI expedida pelo IBAMA e as obras iniciaram no 2T19.

IE Itaúnas

O empreendimento está localizado no estado do Espírito Santo e é formado pela implantação da linha de transmissão de 345 kV (79 km), que interligará a subestação 345 kV Viana 2 à subestação João Neiva 2, a construção da nova subestação 345/138 kV João Neiva 2 e a ampliação da subestação de 345 kV Viana 2. A subsidiária iniciou as obras de construção da subestação Viana 2 no 3T18, porém as licenças de instalação para a linha de transmissão e a subestação João Neiva 2 ainda não foram emitidas.

IE Ivaí

O empreendimento está localizado no estado do Paraná e é constituído pela implantação de cerca de 600 km de linhas de transmissão em Circuito Duplo, sendo 515 km das linhas de transmissão ("LTs") 525 kV Foz do Iguazu – Guaira, Guaira –



Sarandi, Londrina – Sarandi e Sarandi - Londrina, e 85 km da LT 230 kV Sarandi – Paranavaí Norte; assim como 3 subestações (Guaíra 525/230 kV – 1.344 MVA de potência instalada, Sarandi 525/230 kV – 1.344 MVA de potência instalada e Paranavaí Norte 230/138 kV – 300 MVA de potência instalada).

Em setembro de 2018, a subsidiária obteve Licença Prévia expedida pelo Instituto Ambiental do Paraná (“IAP”) referente às instalações de 230 kV, que compreende a LT 230 kV Sarandi – Paranavaí Norte, a subestação Paranavaí Norte 230/138 kV e a subestação Sarandi 525/230 kV.

Em abril de 2019, a subsidiária obteve Licença Prévia referente à LT 525 kV Foz do Iguaçu – Guaíra, a LT 525 kV Guaíra – Sarandi, a LT 525 kV Sarandi – Londrina, a subestação Guaíra 525/230 kV, a SE Foz do Iguaçu 525 kV (existente Furnas) e a SE Londrina 525 kV (existente Eletrosul). A IE Ivaí também obteve LI referente à SE Sarandi de 525/230 kV.

Em maio de 2019, a subsidiária obteve a LI referente à subestação Paranavaí Norte de 230/138 kV.

IE Tibagi

O empreendimento está localizado nos estados de São Paulo e Paraná e é formado pela implantação da linha de transmissão (18 km) de 230 kV Nova Porto Primavera (SP) – Rosana (PR) e a subestação 230/138 kV Rosana, que interligará à subestação Nova Porto Primavera. Em julho de 2018, a subsidiária obteve LI do IBAMA e iniciou suas obras no 3T18.

IE Itaquerê

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de três compensadores síncronos 500 kV (-180/+300) MVar na subestação Araraquara 2 (existente, operada pela State Grid). A instalação desses equipamentos na subestação garante benefícios para o SIN, e em especial no controle de tensão para os sistemas de 440 e 500 kV do Estado de São Paulo. A subsidiária iniciou suas obras no 3T18.

IE Aguapeí

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação das subestações Baguaçu e Alta Paulista de 1.400 MVA de potência, 107 km de linha de transmissão, 440 kV da subestação Alta Paulista ao seccionamento da linha de transmissão Marechal Rondon – Taquaruçu e trecho de linha de transmissão 440 kV da subestação Baguaçu ao seccionamento da linha de transmissão Ilha Solteira – Bauru. Em junho de 2019, a subsidiária obteve todas as LI’s expedidas pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (“CETESB”) e iniciou suas obras.

IE Itapura

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de um compensador estático 440 kV (-125/+250) MVar na subestação Bauru (existente). A instalação desse equipamento na subestação garante benefícios para o SIN, e em especial no controle de tensão na malha de 440 kV do Estado de São Paulo. As obras foram iniciadas no 2T18.

Nessa SPE, foi incorporado o Lote 10 do leilão de transmissão 02/2018, formado pela implantação de uma subestação 440 kV com potência máxima de 1.200 MVA, na cidade de Lorena, estado de São Paulo. A LI desse empreendimento é esperada para o 3T19.

IE Biguaçu

O empreendimento está localizado no estado de Santa Catarina e é formado pela implementação da subestação Ratonas 230/138kV com 300 MVA de potência, ampliação da subestação Biguaçu (existente), além da construção da linha de transmissão de 57 km entre a subestação Biguaçu (existente, operada pela Eletrosul) e a subestação 230 kV Ratonas, incluindo trechos aéreos, submarinos e subterrâneos.



DESEMPENHO OPERACIONAL

Somos uma das principais referências no setor em termos de desempenho. Realizamos uma gestão constante e minuciosa de nossos indicadores operacionais, entre os quais se destaca o Índice de Energia Não Suprida ("IENS"), obtido pela relação entre o total de energia não suprida durante todas as ocorrências no ano e o total da demanda de energia suprida pela Companhia. No 2T19, o IENS totalizou $2,72 \times 10^{-6}$ e no 1S19 foi de $1,33 \times 10^{-5}$.

A ISA CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos por meio da RAP. Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar perda de sua RAP, por meio de desconto na receita auferida (Parcela Variável - PV). No 2T19, a PV aplicada foi de 0,84% da RAP consolidada. No acumulado do ano (1S19), o indicador foi de 0,94%.

DESEMPENHO FINANCEIRO (Resultados Regulatórios)

Receita Operacional

No 2T19, a receita operacional bruta consolidada atingiu R\$ 807,6 milhões, redução de 4,3% em relação ao 2T18. No 1S19, a receita apresentou queda de 3,8% na comparação com o 1S18.

A redução na receita bruta em ambos os períodos é justificada, principalmente:

- (i) pela menor receita auferida de RBSE na comparação dos períodos, em função da sazonalidade do pagamento ocorrida no primeiro ciclo de recebimento (2017/2018) e pela linearização do componente econômico a partir do ciclo 2018/2019, parcialmente compensada;
- (ii) pela variação do IPCA com impacto positivo na receita de O&M;
- (iii) pela entrada em operação de projetos de reforços e melhorias;
- (iv) pela maior antecipação de receita em função do superávit na arrecadação do sistema e seu rateio calculado pelo ONS;
- (v) pelo aumento da receita com CDE, em função do maior número de consumidores livres no portfólio da Companhia na comparação dos períodos. Vale ressaltar que este efeito é neutralizado quando este montante é repassado à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") via deduções.

Receita Operacional (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T19	2T18	Var (%)	1S19	1S18	Var (%)
Receita de Uso da Rede Elétrica	800,4	837,4	(4,4%)	1.600,3	1.665,3	(3,9%)
Controladora	746,6	780,1	(4,3%)	1.488,5	1.550,6	(4,0%)
Receita de O&M	215,4	208,1	3,5%	430,8	416,3	3,5%
Receita de Novos Investimentos	77,8	54,6	42,5%	156,9	110,2	42,3%
Antecipação e PV	14,0	(2,9)	(584,8%)	25,1	(10,0)	(351,8%)
RBSE	397,0	497,3	(20,2%)	793,9	991,4	(19,9%)
Encargos Regulatórios	42,5	23,0	84,4%	81,9	42,6	92,2%
Controladas	53,8	57,3	(6,0%)	111,7	114,7	(2,6%)
Outras	7,2	6,8	5,3%	14,2	13,5	4,8%
Receita Bruta	807,6	844,2	(4,3%)	1.614,4	1.678,8	(3,8%)
Deduções	(115,2)	(104,8)	9,9%	(227,9)	(207,1)	10,0%
Receita Líquida	692,4	739,4	(6,4%)	1.386,6	1.471,7	(5,8%)



As deduções da receita bruta referem-se aos impostos (PIS/COFINS) e encargos regulatórios (CDE, RGR, P&D, PROINFA, e Taxa de Fiscalização) e atingiram R\$ 115,2 milhões no 2T19 e R\$ 227,9 milhões no 1S19. O aumento em relação a períodos anteriores é em função do CDE, conforme explicado acima.

Com isso, a receita líquida totalizou R\$ 692,4 milhões no 2T19 e R\$ 1,4 bilhão no 1S19.

Custos e Despesas de O&M

Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T19	2T18	Var (%)	1S19	1S18	Var (%)
Pessoal	(86,1)	(79,4)	8,4%	(169,2)	(157,2)	7,7%
Materiais	(3,7)	(3,4)	8,9%	(6,8)	(6,4)	6,8%
Serviços	(60,2)	(28,5)	111,1%	(87,2)	(55,9)	56,0%
Contingências	(5,9)	7,5	(179,2%)	(6,1)	5,6	(208,9%)
Outros	(14,8)	(18,1)	(18,2%)	(31,6)	(22,0)	43,9%
Sub -Total	(170,6)	(121,9)	39,9%	(300,9)	(235,8)	27,6%
Depreciação	(144,6)	(144,7)	(0,1%)	(289,5)	(290,5)	(0,3%)
Total	(315,2)	(266,6)	18,2%	(590,4)	(526,3)	12,2%

Os custos e despesas, ex-depreciação, registraram aumento de 39,9% no 2T19 vs. 2T18 e 27,6% no 1S19 vs. 1S18. As variações podem ser explicadas:

- (i) pelos gastos não recorrentes (R\$ 28 milhões no 2T19), em função, principalmente, de serviços advocatícios;
- (ii) pela variação na linha de contingências devido à reversão ocorrida em 2018 como resultado de mudanças de prognósticos e revisão de valores envolvidos;
- (iii) pelo aumento dos gastos com pessoal decorrente do acordo coletivo que incidiu a partir de junho/18.

Em 2018, o resultado foi positivamente impactado pelo menor gasto, não recorrente, com IPTU (R\$10,9 milhões) decorrente da negociação da alíquota aplicada nos anos de 2007 e 2008 pela Prefeitura de São José dos Campos.

As despesas administrativas e os custos de O&M totais do 2T19 atingiram R\$ 315,2 milhões, aumento de 18,2% em relação ao 2T18. No semestre, o montante atingiu R\$ 590,4 milhões vs. R\$ 526,3 milhões auferidos no 1S18 (+ 12,2%). A depreciação manteve-se em linha em ambos os períodos.



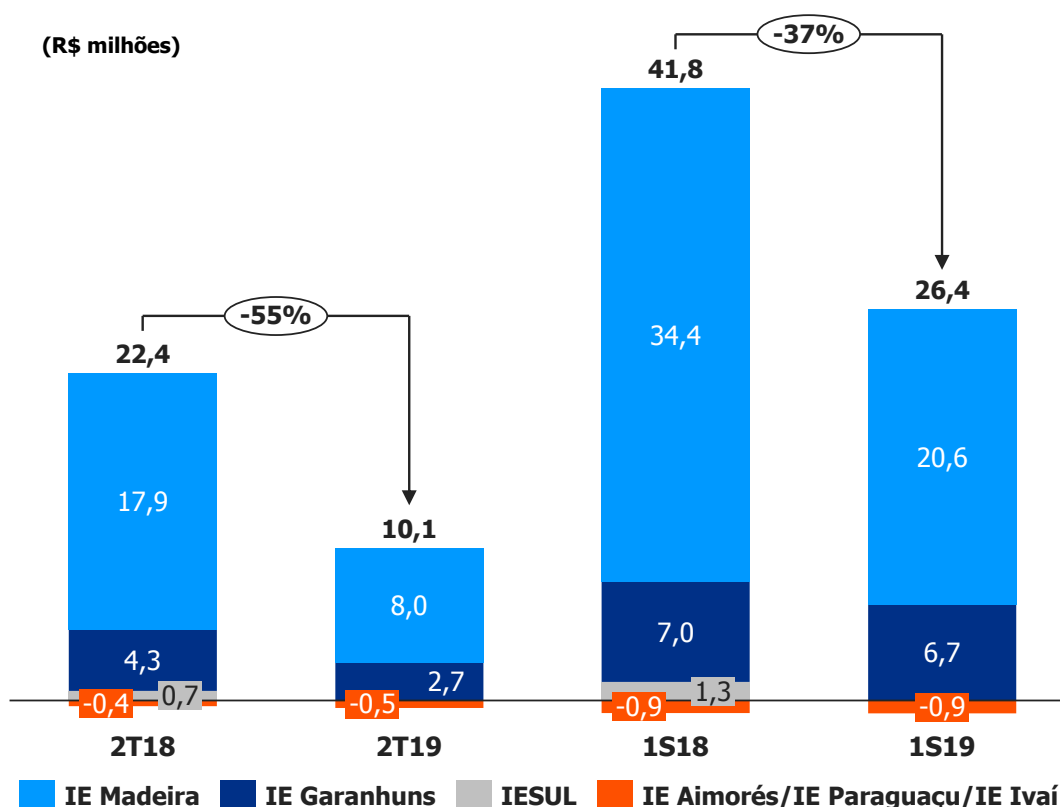
Equivalência Patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial no 2T19 registrou receita de R\$ 10,1 milhões, queda de R\$ 12,3 milhões vs. 2T18. No primeiro semestre de 2019 o resultado da equivalência patrimonial foi de R\$ 26,4 milhões, queda de 37% em relação ao mesmo período de 2018.

Ambas as variações são explicadas, principalmente, pelo menor resultado da IE Madeira decorrente do provisionamento de cerca de R\$ 35 milhões para contingências no 2T19, referente à adesão aos Programas de Conversão de Multas Ambientais e de Regularização Fiscal e pelo impacto negativo da contabilização da parcela variável que estava represada desde 2016.

O resultado da IE Garanhuns também apresentou queda entre ambos os períodos em função do impacto negativo da parcela variável no 2T19.

A IE Sul passou a ter seus resultados consolidados integralmente nos da Companhia a partir de setembro de 2018. Nas subsidiárias pré-operacionais (IE Aimorés, IE Paraguaçu e IE Ivaí), o resultado é explicado pelas despesas administrativas na fase atual de construção dos projetos.





EBITDA e Margem

Para refletir a geração de caixa operacional, a Companhia apresenta o EBITDA Ajustado, que totalizou R\$ 599 milhões no 2T19, redução de R\$ 83,9 milhões na comparação com o 2T18. No 1S19, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 1,2 bilhão, queda de 11,2% comparado ao 1S18. A redução no EBITDA é explicada, principalmente, pela menor receita proveniente da RBSE na comparação dos períodos. O EBITDA ex RBSE apresentou incremento de 9,9% no trimestre e de 12,3% no acumulado do ano.

O EBITDA Ajustado exclui a equivalência patrimonial e outros efeitos não recorrentes, e inclui o EBITDA proporcional à participação nas coligadas com o objetivo de apresentar uma visão mais adequada da geração de caixa operacional da Companhia.

EBITDA (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T19	2T18	Var (%)	1S19	1S18	Var (%)
Lucro (prejuízo) líquido	240,3	342,3	(29,8%)	474,4	647,6	(26,7%)
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	98,1	126,6	(22,5%)	235,2	282,8	(16,8%)
Resultado financeiro líquido	49,2	25,7	91,5%	103,7	61,0	70,0%
Depreciações e amortizações	145,2	145,3	(0,1%)	290,7	291,7	(0,3%)
EBITDA ICVM nº 527/12	532,8	640,0	(16,7%)	1.104,1	1.283,1	(14,0%)
EBITDA Coligadas (ponderado pela participação ISA CTEEP)	48,3	70,5	(31,5%)	108,3	140,4	(22,9%)
Equivalência Patrimonial	(10,1)	(22,4)	(54,8%)	(26,4)	(41,8)	(36,8%)
Custos e despesas não recorrentes ¹	28,0	(5,2)	(637,7%)	27,8	(14,9)	(286,3%)
EBITDA Ajustado	599,0	682,9	(12,3%)	1.213,7	1.366,9	(11,2%)
Margem EBITDA Ajustado	78,9%	83,6%	(4,7) p.p.	73,1%	79,4%	(6,3) p.p.
RBSE	(344,5)	(451,3)	(23,7%)	(689,1)	(899,7)	(23,4%)
EBITDA Ajustado ex-RBSE	254,4	231,6	9,9%	524,7	467,2	12,3%
Margem EBITDA Ajustado ex-RBSE	61,3%	63,3%	(2,0) p.p.	42,1%	43,5%	(1,4) p.p.

¹ Ressarcimento de IPTU, despesas com leilão e honorários advocatícios

Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado atingiu despesa de R\$ 49,2 milhões no 2T19, aumento de 91,5% comparado à despesa no 2T18. Esta variação é explicada pelo:

- (i) aumento de despesas com variações monetárias, em função da 7ª emissão de debêntures realizada no 2T18;
- (ii) aumento na linha de operação swap, em função das novas captações nos termos da Lei 4.131.

No 1S19 o resultado financeiro atingiu despesa de R\$ 103,7 milhões, aumento de R\$ 42,7 milhões na comparação com o 1S18.

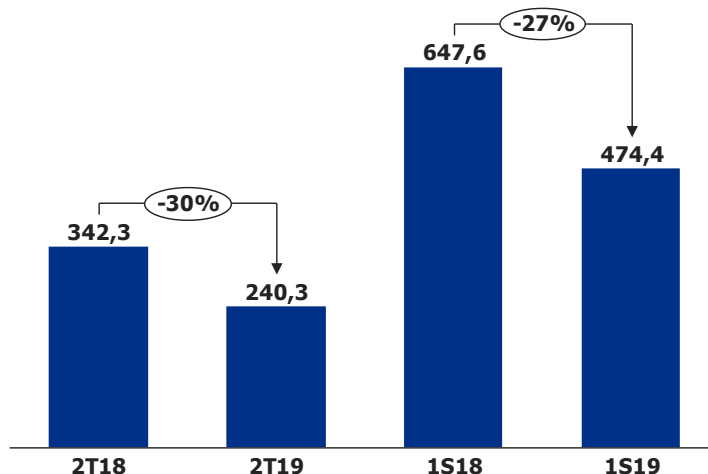
Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T19	2T18	Var (%)	1S19	1S18	Var (%)
Rendimento de aplicação financeira	18,6	18,3	1,4%	32,8	29,2	12,1%
Variações monetárias líquidas	(17,6)	(9,4)	87,0%	(32,8)	(19,0)	72,1%
Juros Ativos e Passivos	(0,6)	(0,6)	7,2%	(0,8)	(1,2)	-28,7%
Juros e encargos sobre empréstimos	(36,4)	(35,1)	4,0%	(72,9)	(66,8)	9,2%
Operação Swap	(12,4)	0,4	-2930,1%	(24,6)	(3,7)	557,6%
Outras	(0,7)	0,6	-216,0%	(5,5)	0,4	-1332,7%
Total	(49,2)	(25,7)	91,5%	(103,7)	(61,0)	70,0%



Lucro Líquido

Pelos fatores apresentados acima, o lucro líquido atingiu R\$ 240,3 milhões no 2T19 e R\$ 474,4 milhões no 1S19.

(R\$ milhões)



Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)

A Companhia e suas controladas adotaram os novos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15) e CPC nº 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) revisados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A receita dos serviços que a Companhia presta passou a ser registrada e mensurada de acordo com os referidos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2018, não reproduzindo os efeitos para o exercício comparativo de 2017.

Como consequência da aplicação do CPC nº 47, todas as concessões da Companhia e suas controladas foram classificadas como ativo contratual, em que o fluxo de recebimentos (RAP) é remunerado por uma taxa de desconto que contempla os riscos e prêmios do setor e que passa a ser estabelecido no início de cada projeto e atualizado pelo IPCA/IGPM. Para os ativos em fase de obras, a receita de infraestrutura estabelecida é suficiente para cobrir gastos incorridos e encargos para a implementação do projeto. Eventuais variações em relação à rentabilidade do projeto passam a ser reconhecidas no resultado no início de operação.

O ativo financeiro da RBSE, até então classificado como ativo financeiro ao custo amortizado, passou a ser mensurado a valor justo com a aplicação do CPC nº 48.



As principais variações entre o resultado consolidado em IFRS e o Regulatório estão apresentadas abaixo:

DRE Consolidada (R\$ milhões) IFRS vs. Regulatório	Regulatório 2T19	IFRS 2T19	Varição	Regulatório 1S19	IFRS 1S18	Varição
Receita Operacional Bruta	808	1.095	-287	1.614	1.941	-326
Receita de O&M	277	277	0	560	560	0
Receita CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos)	126	0	126	246	0	246
Receita de Infraestrutura	0	146	-146	0	218	-218
Ganho na eficiência na implementação de infraestrutura	0	193	-193	0	285	-285
Receita ativo da concessão	0	167	-167	0	295	-295
Receita RBSE	397	304	93	794	568	226
Outras receitas	7	7	0	14	14	0
Deduções	-115	-135	20	-228	-249	21
Receita Operacional Líquida	692	960	-267	1.387	1.692	-306
Custos de Infraestrutura	0	-139	139	0	-208	208
Custos de O&M e Despesas Gerais	-171	-165	-5	-301	-294	-7
Depreciação	-145	-5	-139	-290	-10	-279
Resultado do Serviço	377	650	-273	796	1.180	-384
Equivalência Patrimonial	10	48	-38	26	82	-55
Outras receitas (despesas) operacionais	1	3	-2	-8	4	-12
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	388	701	-313	815	1.266	-451
Resultado Financeiro	-49	-49	0	-104	-104	0
IR & CSLL	-98	-189	91	-235	-341	105
Lucro Líquido antes da participação do acionista não controlador	241	463	-262	476	821	-346
Participação do acionista não controlador	-4	-4	0	-8	-8	0
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	237	459	-222	467	813	-346

Receita: No IFRS, as receitas referentes aos investimentos realizados ao longo da concessão são registradas como ativo contratual. No regulatório, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, depreciados considerando sua vida útil, e a RAP conforme o faturamento, no prazo da concessão.

Custos: No IFRS, os custos de implementação de infraestrutura referem-se ao investimento realizado, neutralizados pela receita de implementação de infraestrutura, calculada a partir do investimento acrescido das alíquotas de PIS/COFINS e outros encargos.

Depreciação: No IFRS, o ativo da concessão não é considerado ativo imobilizado, e sim ativo contratual ou financeiro. O imobilizado do IFRS refere-se substancialmente a bens utilizados pela Companhia e não vinculado ao contrato de concessão. No Resultado Regulatório, o ativo da concessão é considerado imobilizado, com sua respectiva depreciação.

Equivalência Patrimonial: Os principais efeitos da equivalência patrimonial acompanham as explicações da receita, custos e depreciação explicados acima.

IR/CSLL: No IFRS, o IR/CSLL são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurado conforme previsto na Lei 12.973/14. A Companhia adota o regime de lucro real com estimativa mensal. A alíquota efetiva consolidada no 2T19 foi de 29% no Regulatório e no IFRS. No 1S19 totalizou 33% no Regulatório e 29% no IFRS.



ENDIVIDAMENTO

Em 30 de junho de 2019, a dívida bruta atingiu o montante de R\$ 3.093,5 milhões, aumento de R\$ 78,5 milhões em relação ao saldo verificado em 31 de dezembro de 2018, principalmente em função do desembolso de R\$ 100 milhões do BNDES para a aquisição de máquinas e equipamentos para investimentos de reforços e melhorias.

Em função do CPC 06 (R2), que estabelece que a partir de janeiro de 2019, a Companhia reconheça para todos os contratos os passivos para pagamentos futuros com exceção a contratos de curto prazo e/ou baixo valor, foram adicionados R\$ 50,0 milhões à dívida bruta do IFRS referente aos arrendamentos que a Companhia possui. Desta forma, a dívida bruta do IFRS totalizou R\$ 3.143,5 milhões. A contabilidade regulatória não foi alterada.

O aumento nas disponibilidades da Companhia na comparação trimestral pode ser justificado, principalmente, pela geração de caixa operacional durante o período. Desta forma, a dívida líquida atingiu R\$ 1.749,1 milhões ao final de junho de 2019 vs. R\$ 2.317,3 milhões em dezembro de 2018. A relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado foi de 0,8x em junho de 2019.

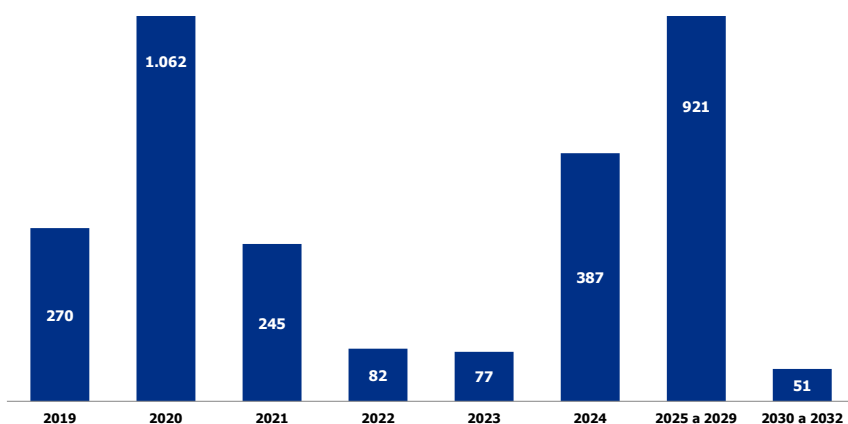
Empréstimos e Financiamentos R\$ (milhões)	30/06/2019	31/12/2018	Var (%)
Dívida Bruta	3.093,5	3.015,0	2,6%
Curto Prazo	353,8	357,8	(1,1%)
Longo Prazo	2.739,7	2.657,2	3,1%
Disponibilidades Consolidadas	1.344,3	697,6	92,7%
Disponibilidades ISA CTEEP e Controladas	1.057,2	466,8	126,5%
Disponibilidades Controladas em Conjunto*	287,2	230,9	24,4%
Dívida Líquida Consolidada	1.749,1	2.317,3	-24,5%

*Os recursos da Companhia estão concentrados em fundos de investimentos exclusivos, que também são utilizados de forma segregada pelas empresas controladas e coligadas, e referem-se a quotas de fundos de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos neles alocados.

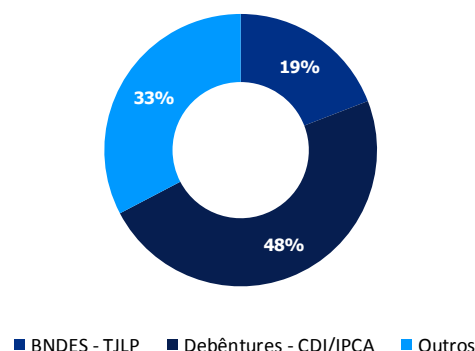
Os *covenants* e as exigências estabelecidas em todas as emissões estão sendo devidamente cumpridos pela Companhia. Para os anos de 2018, 2019 e 2020, o indicador Dívida Líquida/EBITDA mais restritivo é de 3,0x. Maiores detalhes sobre os indicadores financeiros estão disponíveis no anexo V deste documento.

O custo médio da dívida consolidada foi de 7,7% a.a. em 30 de junho de 2019 vs. 7,9% a.a. em 31 de dezembro de 2018, em função da queda do IPCA entre os períodos. O IPCA é o principal indexador de endividamento da Companhia e também o principal indexador da receita. O prazo médio da dívida consolidada em 30 de junho de 2019 era de 3,5 anos.

Cronograma de Amortização da Dívida Bruta
(R\$ milhões)



Contratação da Dívida e Indexação
30/06/2019





INVESTIMENTOS

A ISA CTEEP, suas controladas e coligadas investiram R\$ 176,5 milhões no 2T19, aumento de R\$ 39,8 milhões em relação ao mesmo período de 2018. Essa variação é explicada principalmente pelo:

- (i) aumento nos investimentos das subsidiárias pré-operacionais com o início das obras de alguns projetos, em linha com o orçamento e cronograma desafiador previstos; parcialmente compensado pelo;
- (ii) menor nível de investimentos das subsidiárias operacionais justificado pela maturidade dos ativos;
- (iii) redução de reforços e melhorias de R\$ 21,9 milhões. Os investimentos não são comparáveis entre períodos, pois possuem carteiras de projetos distintos e dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL.

No 1S19 os investimentos totalizaram R\$ 272,9 milhões, principalmente, devido ao maior capex das subsidiárias pré-operacionais, em linha com a estratégia de crescimento da Companhia.

Investimentos (R\$ milhões)	2T19	2T18	Var (%)	1S19	1S18	Var (%)
ISA CTEEP (Reforços/Melhorias)	23,1	45,0	(48,6%)	40,6	64,5	(37,1%)
Total Subsidiárias	153,4	91,7	67,2%	232,3	169,5	37,1%
Operacionais	5,2	21,4	(75,8%)	13,0	27,6	(52,9%)
Pré-operacionais	148,2	70,3	110,8%	219,3	141,9	54,6%
Total	176,5	136,7	29,1%	272,9	234,0	16,6%

Nota: Os investimentos realizados são demonstrados na visão competência

PROVENTOS

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo que seja o maior valor entre R\$ 359 milhões e 25% do lucro líquido do exercício. Adicionalmente, está prevista a possibilidade do pagamento de dividendos extraordinários.

Em junho de 2018, a administração informou ao mercado a prática de proventos com proposta de distribuição de no mínimo 75% do lucro líquido regulatório (utilizado como proxy da geração de caixa), sujeita a aprovação em Assembleia, limitado à alavancagem máxima de 3,0x Dívida Líquida/EBITDA, e possibilidade de pagamento de dividendos intercalares, conforme previsto no Estatuto Social.

Em 30 de julho de 2019, foi aprovada, pelo Conselho de Administração da Companhia, a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 370,4 milhões, equivalente a R\$ 0,562186 por ação, com base nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2019. A data de corte será 02 de agosto de 2019, passando assim as ações a serem negociadas ex-direito a partir de 05 de agosto de 2019. O pagamento será realizado em 19 de agosto.

MERCADO DE CAPITAIS

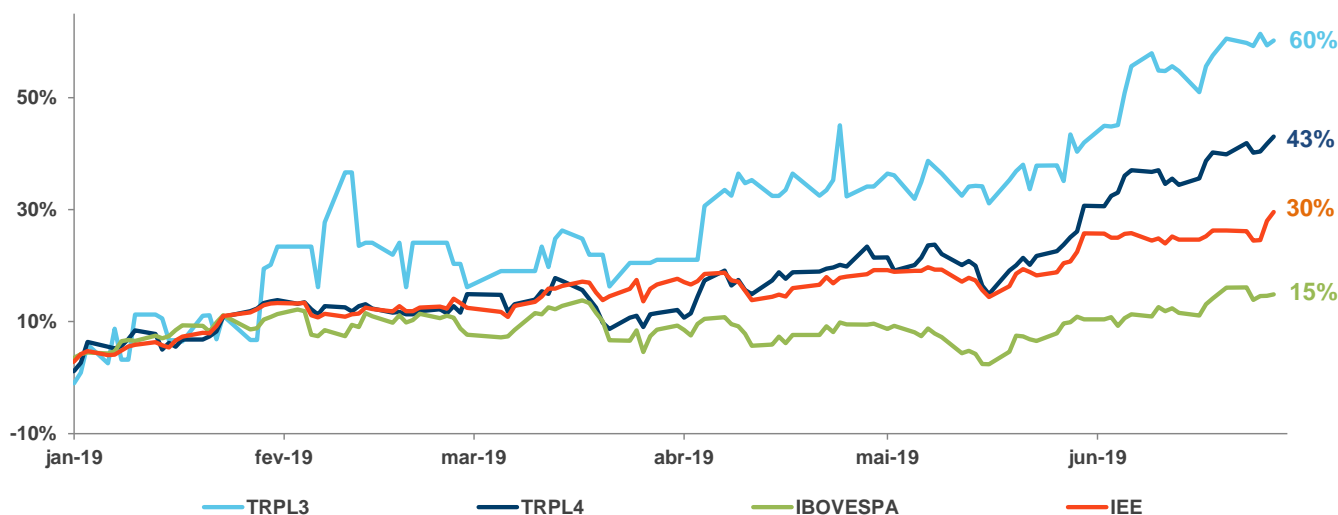
A ISA CTEEP possui ações ordinárias ("TRPL3") e ações preferenciais ("TRPL4") listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") e integra, desde 2002, o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais *stakeholders* da Companhia. As ações da Companhia integram diversos índices, entre eles o Índice de Governança Corporativa, em que estão listadas as empresas com padrões diferenciados de governança corporativa e o Índice Brasil 100, que reúne as ações mais negociadas na B3. Adicionalmente, a Companhia participa do programa de American Depositary Receipts ("ADRs") – Regra 144A, nos Estados Unidos sob os códigos "CTPTY" (ação ordinária) e "CTPZY" (ação preferencial).

As ações ordinárias e preferenciais da ISA CTEEP encerraram o 2T19 cotadas a R\$ 27,59 e R\$ 24,74, respectivamente. O valor de mercado da Companhia, em 30 de junho de 2019, era de R\$ 17 bilhões.



No ano de 2019, as ações preferenciais da ISA CTEEP tiveram valorização de 43%. O volume médio diário de negociação na B3 no período foi de R\$ 30,8 milhões, 42% acima daquele verificado no mesmo período de 2018 (R\$ 21,7 milhões). A média diária de negociações foi de 3,9 mil negócios por dia, 93% acima dos 2,0 mil registrados no ano anterior.

Desempenho (base 100)



EVENTOS DO PERÍODO

Desdobramento de Ações

Em abril de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a proposta de desdobramento da totalidade das ações da Companhia, na proporção de 1 ação ordinária para 4 ações ordinárias e 1 ação preferencial para 4 ações preferenciais. O capital social da Companhia passou, então, a ser composto por 658.883.304 ações, sendo 257.937.732 ações ordinárias e 400.945.572 ações preferenciais.

Revisão Tarifária Contrato 059 – WACC

Em abril de 2019, a Companhia protocolou na ANEEL suas contribuições para aprimoramento da metodologia de cálculo e atualização da taxa regulatória de remuneração do capital (WACC) proposta pela da Audiência Pública nº 09/2019.

Obtenção de Licença de Instalação (LI) da IE Aimorés, da IE Ivaí, da IE Paraguaçu e IE Aguapeí

No 2T19 foram emitidas as LIs das subsidiárias IE Aimorés, IE Ivaí e IE Paraguaçu, subsidiárias 50% ISA CTEEP e 50% Taesa, e da IE Aguapeí (100% ISA CTEEP), conforme Comunicados ao Mercado publicados ao longo do trimestre. Mais detalhes na seção de "Crescimento".

Revisão Tarifária Subsidiárias

Em 14 de junho de 2019, foi aprovada a Resolução Homologatória nº 2556/19 que apresentou a análise das contribuições da Audiência Pública nº10/2019 e o resultado da revisão periódica da Receita Anual Permitida ("RAP") referente às receitas ofertadas dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica com data de revisão em julho de 2019. Os contratos de concessão das subsidiárias IE Madeira, IE Pinheiros e IE Sul foram impactados pela revisão tarifária:



Concessionária	Contrato	RAP Ciclo 18/19 ¹ (R\$ milhões)	Redução NT nº 105/19	Nova RAP (R\$ milhões)
IE Madeira	013/2009	300	-5,27%	285
	015/2009	260	-5,55%	245
IE Pinheiros	018/2008	5	-5,23%	4
	012/2008	11	-5,39%	10
	015/2008	18	-4,72%	17
IE Sul	016/2008	11	-5,66%	11
	013/2008	6	-5,33%	6

¹ De acordo com Despacho nº 861/19 de março de 2019

A Companhia apresentou recursos administrativos em face da REH 2.556/19, em 26/06/2019, onde solicitou:

- Efeito suspensivo da aplicação dos valores homologados na REH nº 2.556/2019 até que o recurso fosse julgado em decisão administrativa final, o que foi indeferido em 02/07/19;
- Que a REH nº 2.556/2019 seja reformada e mantidos os parâmetros praticados desde o momento da contratação, utilizando o WACC **pós** tributos como taxa para cálculo do custo de capital;
- Subsidiariamente, requereu-se que o WACC utilizado seja aplicado em um Fluxo de Caixa aderente ao percentual fixo de endividamento durante todo o período da concessão, conforme previsão contratual.

Reajuste Anual da RAP

Em 25 de junho de 2018, foi publicada a Resolução Homologatória (REH) nº 2.565 estabelecendo as novas RAPs da ISA CTEEP e suas Subsidiárias pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o Ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 (ciclo 2019/2020).

De acordo com a REH nº 2.565, a RAP e os valores correspondentes à parcela de ajuste (PA) da **Controladora**, líquida de PIS e COFINS, passou a ser de R\$ 2.579 milhões no ciclo 2019/2020, aumento de 7% em relação ao ciclo anterior (ciclo 2018/2019). A composição da RAP para esse ciclo pode ser explicada pela:

- correção monetária¹ do ciclo 2019/2020 (IPCA), no total de R\$ 114 milhões, que inclui a correção de R\$ 68 milhões referente à parcela de recebimento da RBSE;
- entrada em operação de novos projetos de reforços e melhorias durante o Ciclo 2018/2019, que adicionou R\$ 63 milhões à RAP;
- ajuste de R\$ 3 milhões na RBSE decorrente da correção no cálculo da linearização do componente econômico, que no ciclo passado considerou o WACC pós-tax, sendo o correto o WACC pre-tax;
- parcela de ajuste negativa de R\$ 55 milhões (vs. R\$ 31 milhões no ciclo 2018/2019) explicada principalmente: pela devolução de antecipação da RAP de (-) R\$ 73 milhões, compensada parcialmente, pelo recebimento de melhorias de pequeno porte no montante de (+) R\$ 21 milhões.

A RAP e os valores correspondentes à PA das **Controladas** IEMG, Evrecy, IE Pinheiros, IE Serra do Japi, IENNE e IESUL, líquida de PIS e COFINS, que era de R\$ 201 milhões no ciclo 2018/2019 passou para R\$ 210 milhões no ciclo 2019/2020. A variação apresentada é explicada pela:

¹ O IPCA e IGPM acumulados para o período de junho de 2018 a maio de 2019 foram de 4,65% e 7,64%, respectivamente.



- i. correção monetária¹ do ciclo 2019/2020 no total de R\$ 11 milhões, compensada parcialmente;
- ii. pela revisão tarifária das subsidiárias IE Pinheiros e IESUL que reduziu a RAP conforme apresentado abaixo:

Concessionária	Contrato	RAP Ciclo 18/19 ¹ (R\$ milhões)	Redução NT nº 105/19	Nova RAP (R\$ milhões)
IE Pinheiros	018/2008	5	-5,23%	4
	012/2008	11	-5,39%	10
	015/2008	18	-4,72%	17
IE Sul	016/2008	11	-5,66%	11
	013/2008	6	-5,33%	6

¹ De acordo com Despacho nº 861/19 de março de 2019

- iii. redução pró-rata de 50% da RAP para o contrato 143/2001 da Serra do Japi, a partir de novembro de 2019, conforme contrato de concessão

A RAP e os valores correspondentes à PA das **Coligadas** IE Madeira e IE Garanhuns, líquida de PIS e COFINS, que era de R\$ 584 milhões no ciclo 2018/2019 passou para R\$ 601 milhões no ciclo 2019/2020, aumento de R\$ 17 milhões. Esse aumento é explicado pela menor PA negativa do ciclo 2019/2020 (-R\$ 23 milhões vs. -R\$ 66 milhões no ciclo anterior), correção monetária¹ do período, compensado parcialmente, pela revisão tarifária na subsidiária IE Madeira que reduziu as RAP's de seus dois contratos, conforme abaixo:

Concessionária	Contrato	RAP Ciclo 18/19 (R\$ milhões)	Redução NT nº 105/19	Nova RAP (R\$ milhões)
IE Madeira	013/2009	300	-5,27%	285
	015/2009	260	-5,55%	245

Abaixo demonstramos um quadro resumo com as novas RAP's para o ciclo 2019/2020 com os encargos regulatórios, líquidas de PIS e COFINS.



Concessionária R\$ milhões	Contrato	Índice	RAP	Inflação	Reforços Melhorias	RBSE	RAP	PA	RAP	RAP
			Ciclo 18/19 REH 2.408				Ciclo 19/20 REH 2.565			
Controladora			2.453	114	63	3	2.634	(55)	2.579	2.421
ISA CTEEP	059/2001	IPCA	991	46	63	0	1.101	(55)	1.046	959,9
ISA CTEEP - RBSE			1.461	68	0	3	1.533		1.533	1461,2

Concessionária R\$ milhões	Contrato	Índice	RAP	Inflação	Outros ¹	RTP	RAP	PA	RAP	RAP
			Ciclo 18/19 REH 2.408				Ciclo 19/20 REH 2.565			
Controadas (100% ISA CTEEP)			220	11	(8)	(5)	219	(9)	210	201
IEMG	004/2007	IPCA	19	1	0	0	20	(1)	19	18
EVRECY	020/2008	IGP-M	12	1	0	0	13	(2)	10	7
IE PINHEIROS	012/2008	IPCA	12	1	0	(1)	11	(0)	11	11
	015/2008		37	2	0	(2)	37	(1)	35	35
	018/2008		6	0	0	(0)	6	(0)	6	6
IE JAPI	021/2011	IPCA	6	0	0	0	6	(1)	5	2
	026/2009		41	2	0	0	43	(1)	42	37
IENNE	143/2001	IGP-M	23	2	(8)	0	17	(1)	17	22
	001/2008		46	2	0	0	48	(2)	46	44
IE SUL	013/2008	IPCA	6	0	0	(1)	6	(0)	6	6
	016/2008		13	1	0	(1)	13	(1)	12	12

Total Consolidado ISA CTEEP em Operação			2.673	125	56	(1)	2.852	(64)	2.788	2.622
--	--	--	--------------	------------	-----------	------------	--------------	-------------	--------------	--------------

¹Redução pró-rata de 50% da RAP para o contrato 143/2001 (a partir de nov/19), como previsto contratualmente

Concessionária R\$ milhões	Contrato	Índice	RAP	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	RAP	PA	RAP	RAP
			Ciclo 18/19 REH 2.408				Ciclo 19/20 REH 2.565			
Coligadas em Operação			650	30	0	(56)	624	(23)	601	584
IE MADEIRA (51% ISA CTEEP)	013/2009	IPCA	300	14	0	(30)	285	(12)	273	304
	015/2009		260	12	0	(26)	245	(8)	238	193
IE GARANHUNS (51% ISA CTEEP)	022/2011	IPCA	90	4	0	0	94	(3)	91	87

SUBSIDIÁRIAS EM CONSTRUÇÃO

Concessionária R\$ milhões	Contrato	Índice	RAP	Inflação	Reforços Melhorias	RTP	RAP	PA	RAP	RAP
			Ciclo 18/19 REH 2.408				Ciclo 19/20 REH 2.565			
Controladas			234	11	0	0	245	0	245	234
IE ITAÚNAS	018/2017	IPCA	50	2	0	0	52	0	52	50
IE TABAGI	026/2017	IPCA	19	1	0	0	20	0	20	19
IE ITAQUERÊ	027/2017	IPCA	49	2	0	0	51	0	51	49
IE AGUAPEÍ	046/2017	IPCA	56	3	0	0	59	0	59	56
IE ITAPURA	042/2017	IPCA	11	1	0	0	12	0	12	11
	021/2018		10	0	0	0	10	0	10	10
IE BIGUAÇU	012/2018	IPCA	38	2	0	0	40	0	40	38
Coligadas			468	22	0	0	490	0	490	468
IE PARAGUAÇU (50% ISA CTEEP)	003/2017	IPCA	113	5	0	0	118	0	118	113
IE AIMORÉS (50% ISA CTEEP)	004/2017	IPCA	76	4	0	0	80	0	80	76
IE IVAÍ (50% ISA CTEEP)	022/2017	IPCA	279	13	0	0	292	0	292	279

¹ RAP ciclo 2018/2019 com PA

Os impactos contábeis e de caixa do reajuste anual da RAP serão percebidos no 3T19 com o início do faturamento das novas receitas a partir de julho e a contabilização integral da parcela de ajuste no 3T19.



EVENTOS SUBSEQUENTES

Alterações na Diretoria

O Conselho de Administração da Companhia elegeu, em 10 de julho de 2019, o Sr. Alessandro Gregori Filho como novo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia. O Sr. Alessandro tomará posse do cargo no dia 08 de agosto de 2019.

O Conselho de Administração da Companhia elegeu, em 30 de julho de 2019, o Sr. César Ramirez como novo Presidente da ISA CTEEP, em substituição ao Sr. Reynaldo Passanezi Filho. A data de posse do Sr. César Ramirez será no dia 31 de julho de 2019. O Sr. César Ramirez ficará interinamente como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores até a posse do Sr. Alessandro.

Alteração no Banco Depositário das ADRs

Conforme Comunicado ao Mercado publicado em 26 de julho de 2019, foi aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a alteração do banco custodiante dos Programas de American Depositary Receipts ("ADRs") nível 1 da Companhia do Banco Santander (Brasil) S.A. para a Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Renovação da Concessão - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)

No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 ("MP 579") que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. De acordo com a medida, as concessões vencidas ou a vencer nos 60 meses subsequentes à publicação da MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação pelo prazo de até 30 anos.

Em 01 de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia ("MME"), publicou a Portaria Interministerial nº 580, em que foram definidos os valores da reversão para as instalações energizadas a partir de 01 de junho de 2000, ou seja, da Rede Básica de Novas Instalações ("RBNI"). O montante definido para a ISA CTEEP foi de R\$ 2,9 bilhões. Na mesma data, o MME divulgou a Portaria Interministerial nº 579 que definiu o valor da RAP da ISA CTEEP em R\$ 515,6 milhões, a partir de 01 de janeiro de 2013, que representou redução de aproximadamente 75% da RAP.

Em 29 de novembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 591 autorizando o Poder Concedente a pagar o valor relativo aos ativos não depreciados existentes anteriormente a 31 de maio de 2000, ou seja, da Rede Básica do Sistema Elétrico ("RBSE").

Em dezembro de 2012, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para a definição da antecipação do vencimento da concessão do Contrato 059/2001, conforme proposto na MP 579. Foi aprovada pelos acionistas da Companhia, por unanimidade, a prorrogação do contrato de concessão, nos termos da Lei 12.783/2013, ficando a concessão prorrogada até dezembro de 2042 e garantindo à Companhia o direito ao recebimento dos valores relativos aos ativos do RBNI e do RBSE.

Os valores referentes aos ativos do RBNI, equivalentes a R\$ 2,9 bilhões, foram recebidos entre os anos de 2013 e 2015. Para os ativos relativos ao RBSE foi requerido laudo de avaliação independente avaliando os investimentos a Valor Novo de Reposição ("VNR") ajustado pela depreciação até 31 de dezembro de 2012. Em dezembro de 2015 foi homologado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 4.036, o valor dos ativos do RBSE para a ISA CTEEP em R\$ 3,9 bilhões.

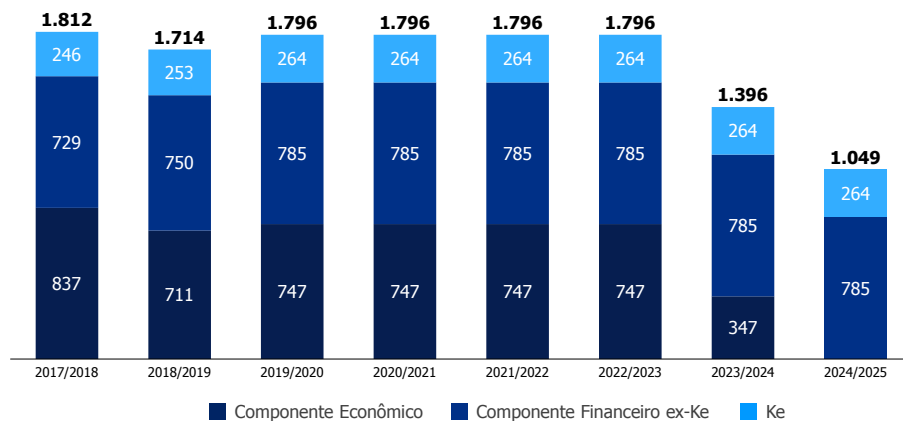
Em abril de 2016, foi emitida a Portaria nº 120 do MME que determinou que os valores homologados pela ANEEL, relativos às instalações do RBSE, passassem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017, pelo prazo estimado de 8 anos.

O Despacho ANEEL nº 1.484/17, de maio de 2017, redefiniu o valor total da RBSE para a ISA CTEEP em R\$ 4,1 bilhões. O impacto inicial dos valores da RBSE foi o reconhecimento contábil em IFRS em setembro de 2016, conforme condições estabelecidas na Portaria nº 120 do MME, e no resultado regulatório os impactos podem ser percebidos a partir do início do recebimento, em julho de 2017.



O Despacho ANEEL nº 1.275/18 considera o acolhimento do recurso administrativo interposto pela ISA CTEEP em 2017, no qual foi solicitado ajuste da conta de ativos totalmente depreciados. Por esse motivo, os Componentes Econômico e Financeiro até o ciclo 2022/2023 sofrem um aumento.

A alteração citada foi contemplada no reajuste tarifário para o ciclo 2018/2019, no qual a RAP também foi atualizada pelo IPCA em 2,86%. Além disso, foi realizada linearização do Componente Econômico, conforme prevê o Submódulo 9.1 do Proret, de modo que tais pagamentos serão constantes até o ciclo 2022/2023. O resultado do cálculo com os ajustes mencionados, conforme divulgado pela ANEEL, pode ser verificado abaixo em valores líquidos de PIS/COFINS:



Premissas conforme REN ANEEL nº 762/2017

IPCA (dez/12-jun/17): 34,45%

WACC: 6,64%

Custo de Capital próprio (Ke): 10,74% (1º sem/13) e 10,44% (jul/13 até jun/17)

Valores estimados. WACC será redefinido na revisão tarifária e a base de ativos está sujeita a baixas

Para o período 2023/2024 restaria o recebimento de R\$ 332 milhões correspondentes ao Componente Econômico. Contudo, poderá ser aplicada a mesma linearização ora realizada.

Ademais, por força de decisão judicial liminar, que determinou em caráter provisório que a ANEEL recalculasse a RAP excluindo o custo de capital (Ke) da parcela de "remuneração", a Companhia continua recebendo cerca de 85% do valor total da RBSE, desde julho de 2017. Portanto, o recebimento do Ke depende de decisão judicial, e consequentemente não há definição sobre a forma de pagamento das parcelas que até o ciclo 2018/2019 não foram recebidas.

Quanto ao aspecto legislativo, inicialmente no projeto de lei que visa à privatização da Eletrobras (PL 9.463/2018) foi proposto o pagamento do RBSE, com duas alterações: a substituição do custo de capital próprio (Ke) pelo WACC na correção da parcela do componente financeiro, e aumento do prazo estipulado de pagamento de 8 anos para o prazo remanescente das concessões (cerca de 25 anos) desse mesmo componente.

Em maio de 2018, no âmbito mesmo do projeto de lei, foi divulgado novo relatório mantendo o prazo de 8 anos para o pagamento do componente financeiro, conforme Portaria MME 120/2016, bem como a substituição do Ke pelo WACC, e ampliou a sua aplicação a todos os transmissores.



Plano de Complementação de Aposentadoria – Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria, regido pela Lei Estadual 4.819/58 aplica-se aos empregados de autarquias e de sociedades anônimas em que o Estado de São Paulo fosse detentor da maioria das ações com direito de controle admitidos até 13 de maio de 1974.

Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ("SEFAZ") e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999. A forma de pagamento da complementação da aposentadoria foi através de um fluxo mensal com origem na SEFAZ. Esta realizava uma transferência da quantia a ser paga para a ISA CTEEP e a Companhia realizava a transferência deste mesmo valor para a Fundação CESP, que então repassava aos aposentados.

A partir de janeiro de 2004, o pagamento aos aposentados passou a ser processado diretamente pela SEFAZ. Com essa mudança de processo, foram verificadas glosas que deveriam ser aplicadas, como por exemplo, benefícios acima do teto (equivalente ao salário do governador do Estado de São Paulo). Desta forma, a SEFAZ passou a excluir este excedente do valor do benefício pago aos aposentados.

Ação Coletiva

Em junho de 2005, após decisão desfavorável na Justiça Comum, a Associação dos Aposentados da Funcesp ("AAFC") obtiveram liminar na Justiça do Trabalho, determinando que a quantia integral paga anteriormente seja mantida. Desde então, o processamento do pagamento dos benefícios voltou ao modelo original, em que a responsabilidade era da Fundação CESP, porém a SEFAZ transfere a quantia ajustada e a ISA CTEEP faz a complementação para que o pagamento aos aposentados seja feito de maneira integral, conforme estabelecido em liminar.

Em 2017, a referida liminar foi cassada e então a ISA CTEEP deixou de fazer o pagamento da complementação entre os meses de agosto e dezembro, com impacto caixa equivalente a cerca de R\$ 50 milhões. Em dezembro de 2017, entretanto, o Ministro Alexandre Moraes, do Supremo Tribunal Federal ("STF"), concedeu nova liminar, obrigando a Companhia a retomar o complemento para pagamento nos moldes anteriores. A Companhia recorreu da decisão, e aguarda julgamento do STF. A SEFAZ e FUNCESP também recorreram reforçando a necessidade de aplicação do teto e do desconto previdenciário sob pena de causar prejuízo ao erário Paulista.

Ação de Cobrança

Desde 2005 a SEFAZ repassa à Companhia valor inferior ao necessário para o cumprimento do pagamento aos aposentados (~70%), por força da decisão liminar da 49ª Vara do Trabalho. A ISA CTEEP tem feito então a complementação para pagamento integral dos benefícios aos aposentados (~30%). Essa complementação realizada pela ISA CTEEP está sendo cobrada, através de uma ação contra a SEFAZ.

Esta ação de cobrança foi julgada favorável à Companhia em 2ª instância. Em agosto de 2017, a SEFAZ interpôs Recurso Especial para o STJ que aguarda análise de admissibilidade. Em 31 de dezembro de 2018, o valor registrado no balanço da Companhia é de cerca de R\$ 2 bilhões, líquido da provisão para perdas sobre realização de créditos realizada em 2013.

Em agosto de 2018, a ISA CTEEP obteve decisão no Tribunal de Justiça/SP que impõe obrigação para a SEFAZ não efetuar qualquer glosa no repasse para pagamento dos benefícios da Lei 4.819/58 antes de concluir processo administrativo para apurar irregularidade nos pagamentos. Em março, o STJ, em decisão liminar e monocrática do Ministro Francisco Falcão, suspendeu os efeitos da decisão que proibia a Fazenda Paulista de efetuar descontos no repasse à ISA CTEEP. A Companhia voltou a receber o repasse com as glosas, obrigando assim a Companhia a complementar o valor do pagamento em abril.

A Companhia continua com os esforços direcionados para manter a decisão de mérito favorável conquistada no Tribunal de Justiça/SP.

**ANEXOS****Anexo I - Balanço Patrimonial Regulatório**

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	14.039	16.740
Aplicações financeiras	1.330.308	680.909
Contas a Receber - Concessionárias e Permissionárias	293.727	270.923
Estoques	15.935	20.365
Serviços em Curso	19.974	14.879
Tributos e contribuições a compensar	169.403	29.521
Créditos com partes relacionadas	9.056	323
Despesas pagas antecipadamente	24.862	8.384
Caixa restrito	1.833	1.787
Outros	41.017	48.818
	1.920.154	1.092.649
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	47.771	42.268
Contas a Receber - Concessionárias e Permissionárias	10.594	10.575
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.473.391	1.426.083
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	329	0
Cauções e Depósitos Vinculados	64.007	66.987
Benefício à empregado - Superávit atuarial	105.444	105.444
Instrumentos financeiros derivativos	0	2.643
Outros	1.458	1.476
	1.702.994	1.655.476
Investimentos	1.213.126	1.150.275
Imobilizado	7.026.623	7.095.933
Intangível	299.428	295.698
	8.539.177	8.541.906
	10.242.171	10.197.382
Total do Ativo	12.162.325	11.290.031



Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	337.890	334.067
Debêntures	15.931	23.707
Fornecedores	70.721	88.358
Tributos e Encargos sociais a recolher	293.084	54.382
Encargos Regulatórios a recolher	44.878	40.262
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a pagar	7.798	7.835
Provisões	38.239	37.047
Valores a Pagar - Funcesp	4.157	4.250
Obrigações especiais - Reversão/Amortização	2.480	2.480
Outros	56.345	34.310
	871.523	626.698
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e Financiamentos	1.264.523	1.215.689
Debêntures	1.475.140	1.441.504
Instrumentos financeiros derivativos	2.760	0
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	721.825	735.689
Encargos Regulatórios a recolher	37.756	35.925
Provisões	92.755	90.708
Reserva Global de Reversão - RGR	17.853	19.093
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	363.061	332.930
Outros	34.572	33.078
	4.010.245	3.904.616
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucros	760.451	760.451
Reserva de Reavaliação	1.999.817	2.103.510
Outros Resultados Abrangentes	70.369	73.192
Lucros/Prejuízos Acumulados	572.057	0
	6.993.380	6.527.839
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	287.177	230.878
	7.280.557	6.758.717
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	12.162.325	11.290.031


Anexo II - Demonstração de Resultado Regulatório

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	2T19	2T18	Var (%)	1S19	1S18	Var (%)
Receita Operacional Bruta	807.586	844.171	(4,3%)	1.614.439	1.678.811	(3,8%)
Receita de Uso da Rede Elétrica	800.431	837.376	(4,4%)	1.600.262	1.665.284	(3,9%)
Outras Receitas	7.155	6.795	5,3%	14.177	13.527	4,8%
Deduções à Receita Operacional	(115.180)	(104.763)	9,9%	(227.869)	(207.079)	10,0%
Receita Operacional Líquida	692.406	739.408	(6,4%)	1.386.570	1.471.732	(5,8%)
Custos e Despesas Operacionais	(315.199)	(266.601)	18,2%	(590.410)	(526.270)	12,2%
Pessoal	(86.108)	(79.437)	8,4%	(169.224)	(157.161)	7,7%
Material	(3.661)	(3.362)	8,9%	(6.812)	(6.378)	6,8%
Serviços	(60.163)	(28.501)	111,1%	(87.158)	(55.875)	56,0%
Depreciação	(144.568)	(144.677)	(0,1%)	(289.535)	(290.496)	(0,3%)
Outros	(20.699)	(10.624)	94,8%	(37.681)	(16.360)	130,3%
Resultado do Serviço	377.207	472.807	(20,2%)	796.160	945.462	(15,8%)
Resultado Financeiro	(49.190)	(25.692)	91,5%	(103.683)	(60.985)	70,0%
Rendimento de Aplicações Financeiras	18.601	18.347	1,4%	32.784	29.233	12,1%
Resultado da Variação Monetária Líquida	(17.631)	(9.426)	87,0%	(32.785)	(19.046)	72,1%
Juros Ativo/Passivos	(622)	(580)	7,2%	(827)	(1.160)	(28,7%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(36.441)	(35.052)	4,0%	(72.885)	(66.756)	9,2%
Outras	(13.097)	1.019	(1385,3%)	(29.970)	(3.256)	820,5%
Resultado Operacional	328.017	447.115	(26,6%)	692.477	884.477	(21,7%)
Equivalência Patrimonial	10.141	22.431	(54,8%)	26.385	41.778	(36,8%)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	325	(564)	(157,6%)	(9.237)	4.183	(320,8%)
Resultado Anterior aos Tributos	338.483	468.982	(27,8%)	709.625	930.438	(23,7%)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(98.143)	(126.633)	(22,5%)	(235.218)	(282.825)	(16,8%)
Corrente	(132.273)	(167.890)	(21,2%)	(247.117)	(344.504)	(28,3%)
Diferido	34.130	41.257	(17,3%)	11.899	61.679	(80,7%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	240.340	342.349	(29,8%)	474.407	647.613	(26,7%)
Participação do Acionista não Controlador	(4.367)	(3.285)	100,0%	(8.246)	(6.745)	100,0%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	235.973	339.064	(30,4%)	466.161	640.868	(27,3%)



Anexo III – Fluxo de Caixa Indireto – Regulatório

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	874.422	897.055
Lucro Líquido do exercício	474.407	647.613
Depreciação e amortização	289.535	290.495
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(11.893)	(61.679)
Demandas judiciais	4.636	(8.297)
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado	15.896	2.634
Benefício fiscal – ágio incorporado	18	19
Realização de ativo da concessão na aquisição de controlada	1.195	1.194
Realização da perda em controlada em conjunto	(1.000)	(1.062)
Resultado de equivalência patrimonial	(26.385)	(41.778)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	128.013	67.916
(Aumento) diminuição de ativos	(220.183)	(361.496)
Caixa restrito	(5.549)	(6.837)
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	(22.824)	(27.871)
Estoques	4.853	2.435
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	(47.308)	(96.351)
Tributos e contribuições a compensar	(139.882)	(202.476)
Despesas pagas antecipadamente	(16.478)	(17.638)
Cauções e depósitos vinculados	4.312	2.344
Serviços em curso	(5.095)	(3.281)
Crédito com controladas	(8.733)	78
Outros	16.521	(11.899)
Aumento (diminuição) de passivos	279.140	219.358
Fornecedores	(17.637)	(11.116)
Tributos e encargos sociais a recolher	238.750	298.796
Obrigações trabalhistas	1.192	4.113
Impostos parcelados	0	(58.146)
Encargos regulatórios a recolher	5.087	9.900
Provisões	(7.200)	(5.279)
Valores a pagar Funcesp	(93)	2.599
Reserva Global de Reversão	(1.240)	(1.240)
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	36.732	0
Outros	23.549	(20.269)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	933.379	754.917
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(885.415)	(418.889)
Aplicações financeiras	(593.106)	(235.995)
Imobilizado	(247.105)	(167.894)
Investimentos	(49.998)	(20.100)
Dividendos recebidos	4.794	5.100
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	(50.665)	(335.554)
Adições de empréstimos	100.000	621.696
Pagamentos de empréstimos (principal)	(44.864)	(46.477)
Pagamentos de empréstimos (juros)	(87.428)	(61.466)
Transações com acionistas não controladores	(8.246)	(6.745)
Instrumentos financeiros derivativos	(10.127)	0
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	0	(842.562)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(2.701)	474
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.740	6.585
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.039	7.059
Variação em caixa e equivalentes de caixa	(2.701)	474



Anexo IV – Resultado Regulatório Coligada IE Madeira e IE Garanhuns

Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	IE MADEIRA					
	2T19	2T18	Var (%)	1S19	1S18	Var (%)
Receita Operacional Bruta	143,0	147,2	(2,9%)	269,1	292,6	(8,0%)
Deduções à receita operacional	(19,0)	(18,9)	0,7%	(35,7)	(37,7)	(5,3%)
Receita operacional líquida	124,0	128,3	(3,4%)	233,4	254,9	(8,4%)
Custos e Despesas	(42,9)	(9,9)	333,8%	(51,9)	(19,3)	169,6%
Depreciação	(33,9)	(34,1)	(0,7%)	(67,7)	(68,2)	(0,7%)
Resultado do Serviço	47,2	84,3	(44,0%)	113,8	167,5	(32,1%)
Resultado Financeiro	(32,1)	(44,0)	(27,0%)	(73,5)	(89,4)	(17,7%)
Outras Receitas e Despesas	(0,1)	0,0	-	(0,1)	0,0	0,0%
Lucro antes do IR & CSLL	15,1	40,4	(62,7%)	40,1	78,1	(48,6%)
IR & CSLL*	0,6	(5,3)	(110,3%)	0,2	(10,7)	(102,3%)
Lucro líquido	15,6	35,1	(55,5%)	40,4	67,4	(40,1%)
Participação ISA CTEEP (51%)	8,0	17,9	(55,5%)	20,6	34,4	(40,1%)

(*) Possui empreendimentos relativos a infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDAM, cujos benefícios foram concedidos nos meses de dezembro 2014 e dezembro de 2015, respectivamente. O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.

Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	IE GARANHUNS					
	2T19	2T18	Var (%)	1S19	1S18	Var (%)
Receita Operacional Bruta	22,0	24,5	(10,1%)	47,6	48,0	(0,9%)
Deduções à receita operacional	(3,0)	(3,5)	(12,8%)	(6,2)	(6,2)	0,9%
Receita operacional líquida	19,0	21,0	(9,6%)	41,3	41,8	(1,2%)
Custos e Despesas	(3,7)	(3,8)	(2,7%)	(7,7)	(7,1)	8,3%
Depreciação	(6,2)	(6,2)	0,5%	(12,5)	(12,4)	0,4%
Resultado do Serviço	9,1	11,0	(17,6%)	21,2	22,4	(5,1%)
Resultado Financeiro	(3,6)	(4,1)	(9,9%)	(7,6)	(8,2)	(7,4%)
Outras Receitas e Despesas	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Lucro antes do IR & CSLL	5,4	7,0	(22,1%)	13,6	14,2	(3,8%)
IR & CSLL*	(0,2)	1,4	(113,0%)	(0,5)	(0,5)	0,4%
Lucro líquido	5,3	8,4	(36,9%)	13,1	13,6	(4,0%)
Participação ISA CTEEP (51%)	2,7	4,3	(36,9%)	6,7	7,0	(4,0%)

(*) Possui empreendimentos relativos a infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDENE, cujo benefício foi concedido no mês de dezembro 2016. O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.



Anexo V - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil)

Fontes	Encargos	Vencimentos	30/06/2019	31/12/2018
BNDES	TJLP + 1,80% a.a.	15/03/29	187,7	196,7
	3,50% a.a.	15/01/24	46,7	51,8
	TJLP + 2,62% a.a.	15/03/32	243,6	151,0
	6,0% a.a.	18/11/19	1,0	2,1
Debêntures - CTEEP				
4ª Emissão - Série única	IPCA + 6,04%	15/07/21	171,5	162,3
5ª Emissão - Série única	IPCA + 5,04%	15/02/24	325,2	325,0
6ª Emissão - Série única	105,65% do CDI a.a.	13/12/20	350,4	350,3
7ª Emissão - Série única	IPCA + 4,70%	15/04/25	644,0	627,5
Outros - CTEEP				
Lei 4.131 - MUFG	VC + 3,34% a.a. + IR	20/07/20	294,3	293,9
Lei 4.131 - Citibank	VC + <i>Libor 3M</i> + 0,47% a.a. + IR	24/08/20	290,1	292,0
Lei 4.131 - Citibank	VC + <i>Libor 3M</i> + 0,25% a.a. + IR	08/11/19	231,4	233,1
Eletrobras	8,0% a.a.	15/11/21	0,1	0,1
Arrendamento Mercantil	8,9% a.m.	31/12/20	0,6	0,5
Total Dívida Bruta CTEEP			2.786,5	2.686,5
Fontes	Encargos	Vencimentos	30/06/2019	31/12/2018
PINHEIROS	TJLP + 2,06% a.a.	15/02/28	4,8	5,0
	3,5% a.a.	15/04/23	6,9	7,8
	TJLP + 2,62% a.a.	15/05/26	25,2	27,0
	5,5% a.a.	15/01/21	15,9	20,9
SERRA DO JAPI	TJLP + 1,95% a.a.	15/05/26	26,7	28,5
	TJLP + 1,55% a.a.	15/05/26	23,0	24,7
IEMG	TJLP + 2,39% a.a.	15/04/23	20,2	22,8
	5,5% a.a.	15/01/21	1,8	2,3
IE SUL	TJLP + 2,58% a.a.	15/05/25	4,5	4,9
	3,0% a.a.	15/04/23	4,6	5,2
	TJLP + 2,58% a.a.	15/02/28	7,2	7,6
IENNE	10,0% a.a.	19/05/30	166,2	171,7
Total Dívida Bruta Subsidiária			307,0	328,5
Total Dívida Bruta Consolidado			3.093,5	3.015,0



BNDES (apuração anual)		Debêntures de Infraestrutura (4ª e 5ª emissão)		Debêntures Simples (apuração trimestral)		Crédito Internacional - Lei 4.131 (apuração trimestral)	
Dívida Líquida 30/06/2019	2.890	Dívida Líquida 30/06/2019	1.799	Dívida Líquida 30/06/2019	1.799	Dívida Líquida 30/06/2019	1.799
EBITDA Ajustado últimos 12 meses	2.294	EBITDA Ajustado últimos 12 meses	2.091	EBITDA Ajustado últimos 12 meses	2.831	EBITDA Ajustado últimos 12 meses	2.091
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 30/06/2019	1,26	Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 30/06/2019	0,86	Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 30/06/2019	0,64	Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 30/06/2019	0,86
Patrimônio Líquido 30/06/2019	12.019	Resultado Financeiro 30/06/2019	185	Resultado Financeiro 30/06/2019	134	Despesa com juros líquida 30/06/2019	185
Dívida Líquida/Divida Líquida + PL 30/06/2019	0,19	EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro 30/06/2019	11,29	EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro 30/06/2019	21,06	EBITDA Ajustado / Despesa com juros líquida 30/06/2019	11,29

Os principais indicadores financeiros (**covenants**) que a ISA CTEEP está submetida são estabelecidos conforme abaixo:

Os Contratos de financiamento com **BNDES** (válidos até o vencimento do contrato em 2029) devem cumprir os indicadores financeiros máximos de: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES $\leq 3,0$ e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) $\leq 0,6$, apurados ao final de cada exercício social. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à sua participação), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.

A **4ª emissão de Debêntures** deve cumprir com periodicidade de apuração trimestral, os indicadores financeiros estabelecidos na escritura que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro $> 1,5$ até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, passa a ser esse o indicador $> 2,00$.

A **5ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura, com periodicidade de apuração trimestral, que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro $> 1,5$ até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, o indicador passa a ser $> 2,00$.

A **6ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura, com periodicidade de apuração trimestral que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro $> 2,0$.

Os contratos de **Credit Agreement (4131)** apresentam para o período da operação os seguintes indicadores financeiros máximos, com periodicidade de apuração trimestral: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Despesa com Juros Líquida $> 2,0$.



Anexo VI - Composição do Endividamento das Coligadas (R\$ mil)

Empresa	Fontes	Encargos	Término da Garantia	Saldo garantido pela ISA CTEEP	Saldo total devedor 31/12/2018
IE MADEIRA 51% ISA CTEEP	ITAÚ BBA	IPCA + 5,5% a.a.	18/03/2025	230,2	451,3
	BNDES	TJLP + 2,42% a.a.	15/02/2030	557,1	1.092,3
	BNDES	TJLP	15/02/2030	2,2	4,2
	BNDES	2,5% a.a.	15/10/2022	47,5	93,1
	BASA	8,5% a.a.	10/10/2032	144,3	282,9
Dívida Bruta				981,1	1.923,8
Disponibilidades				112,1	219,9
Dívida Líquida				869,0	1.703,9
IE GARANHUNS 51% ISA CTEEP	BNDES	TJLP + 2,05% a.a.	15/12/2028	84,9	166,4
	BNDES	3,50% a.a.	15/08/2023	32,5	63,8
	BNDES	TJLP	15/12/2028	0,6	1,2
Dívida Bruta				118,0	231,4
Disponibilidades				16,0	31,4
Dívida Líquida				102,0	200,0
TOTAL Dívida Bruta				1.099,1	2.155,2
TOTAL Dívida Líquida				971,0	1.904,0



Anexo VII – Balanço Patrimonial – IFRS

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	14.039	16.740
Aplicações Financeiras	1.330.308	680.909
Ativo de concessão	1.983.261	2.086.298
Estoques	34.742	39.173
Tributos e contribuições a compensar	169.403	29.521
Créditos com partes relacionadas	9.056	323
Despesas pagas antecipadamente	24.862	8.384
Caixa restrito	1.833	1.787
Outros	30.564	36.509
	3.598.068	2.899.644
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	47.771	42.268
Ativo de concessão	12.500.583	12.047.558
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	1.473.391	1.426.083
Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos	11.872	9.037
Cauções e depósitos vinculados	64.007	66.987
Estoques	11.909	13.551
Benefício à empregado - Superávit atuarial	105.444	105.444
Instrumentos financeiros derivativos	0	2.643
Outros	28.724	25.236
	14.243.701	13.738.807
Investimentos	1.966.285	1.848.092
Imobilizado	73.791	25.539
Intangível	26.692	30.142
	2.066.768	1.903.773
	16.310.469	15.642.580
Total do Ativo	19.908.537	18.542.224



Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	337.582	334.067
Debêntures	15.931	23.707
Arrendamento	7.693	0
Fornecedores	70.721	88.358
Tributos e Encargos sociais a recolher	293.111	54.382
Encargos Regulatórios a recolher	44.878	40.262
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a pagar	7.798	7.835
Obrigações trabalhistas	38.239	37.047
Valores a Pagar - Funcesp	4.157	4.250
Obrigações especiais - Reversão/Amortização	2.480	2.480
Outros	56.345	34.310
	878.935	626.698
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e Financiamentos	1.264.267	1.215.689
Debêntures	1.475.140	1.441.504
Arrendamento	42.872	0
Instrumentos Financeiros derivativos	2.760	0
PIS e COFINS Diferidos	1.197.183	1.176.566
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.699.617	2.603.438
Encargos Regulatórios a recolher	37.756	35.925
Provisões	92.755	90.708
Reserva Global de Reversão - RGR	17.853	19.093
Outros	34.572	33.078
	6.864.775	6.616.001
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucro	7.404.769	7.404.769
Outros Resultados Abrangentes	70.369	73.192
Lucro/Prejuízo Acumulados	811.826	0
	11.877.650	11.068.647
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	287.177	230.878
	12.164.827	11.299.525
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	19.908.537	18.542.224



Anexo VIII – Demonstração de Resultados – IFRS

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	2T19	2T18	Var (%)	1S19	1S18	Var (%)
Receita Operacional Bruta	1.094.524	639.024	71,3%	1.940.604	1.238.306	56,7%
Receita de Infraestrutura	145.664	113.491	28,3%	218.038	193.627	12,6%
Receita bruta de Operação e Manutenção	277.434	242.854	14,2%	559.949	477.873	17,2%
Remuneração dos ativos de concessão	664.271	275.884	140,8%	1.148.440	553.279	107,6%
Outras Receitas	7.155	6.795	5,3%	14.177	13.527	4,8%
Deduções à Receita Operacional	(134.732)	(82.559)	63,2%	(248.516)	(160.431)	54,9%
Receita Operacional Líquida	959.792	556.465	72,5%	1.692.088	1.077.875	57,0%
Custos e Despesas Operacionais	(309.539)	(229.809)	34,7%	(511.914)	(420.613)	21,7%
Pessoal	(89.075)	(84.181)	5,8%	(175.212)	(165.214)	6,1%
Material	(94.527)	(79.603)	18,7%	(141.678)	(140.476)	0,9%
Serviços	(93.523)	(53.464)	74,9%	(141.548)	(91.454)	54,8%
Depreciação	(5.160)	(2.232)	131,2%	(10.402)	(4.467)	132,9%
Outros	(27.254)	(10.329)	163,9%	(43.074)	(19.002)	126,7%
Resultado do Serviço	650.253	326.656	99,1%	1.180.174	657.262	79,6%
Resultado Financeiro	(49.160)	(25.692)	91,3%	(104.036)	(60.985)	70,6%
Rendimento de Aplicações Financeiras	18.601	18.347	1,4%	32.784	29.233	12,1%
Resultado da Variação Monetária Líquida	(17.631)	(9.426)	87,0%	(32.785)	(19.046)	72,1%
Juros Ativo/Passivos	(622)	(580)	7,2%	(827)	(1.160)	(28,7%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(36.411)	(35.052)	3,9%	(73.238)	(66.756)	9,7%
Outras	(13.097)	1.019	(1385,3%)	(29.970)	(3.256)	820,5%
Resultado Operacional	601.093	300.964	99,7%	1.076.138	596.277	80,5%
Equivalência Patrimonial	47.699	19.118	149,5%	81.727	41.565	96,6%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	2.569	(31)	(8387,1%)	2.760	4.691	(41,2%)
Resultado Anterior aos Tributos	651.361	320.051	103,5%	1.160.625	642.533	80,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(188.680)	(94.705)	99,2%	(340.553)	(190.843)	78,4%
Corrente	(132.273)	(167.890)	(21,2%)	(247.117)	(344.504)	(28,3%)
Diferido	(56.407)	73.185	(177,1%)	(93.436)	153.661	(160,8%)
EBITDA ICVM nº 527/12	706.313	348.607	102,6%	1.276.327	709.249	80,0%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	462.681	225.346	105,3%	820.072	451.690	81,6%
Participação do Acionista não Controlador	(4.367)	(3.285)	32,9%	(8.246)	(6.745)	22,3%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	458.314	222.061	106,4%	811.826	444.945	82,5%



Anexo IX – Fluxo de Caixa - IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	996.023	272.980
Lucro Líquido do período	820.072	451.690
PIS e COFINS diferidos	20.617	(47.881)
Depreciação e amortização	10.402	4.467
Imposto de renda e contribuição social diferidos	93.437	(153.661)
Demandas judiciais	4.636	(8.297)
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado	6	111
Benefício fiscal – ágio incorporado	18	19
Realização de ativo da concessão na aquisição de controlada	1.244	1.244
Realização da perda em controlada em conjunto	(1.000)	(1.062)
Resultado de equivalência patrimonial	(81.727)	(41.566)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	128.318	67.916
(Aumento) diminuição de ativos	(545.368)	97.554
Caixa restrito	(5.549)	(6.837)
Ativo de concessão	(348.988)	412.635
Estoques	6.073	21.219
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	(47.308)	(96.351)
Tributos e contribuições a compensar	(139.882)	(202.476)
Despesas pagas antecipadamente	(16.478)	(17.638)
Cauções e depósitos vinculados	4.312	2.344
Crédito com controladas	(8.733)	78
Outros	11.185	(15.420)
Aumento (diminuição) de passivos	242.408	219.358
Fornecedores	(17.637)	(11.116)
Tributos e encargos sociais a recolher	238.750	298.796
Obrigações trabalhistas	1.192	4.113
Impostos parcelados	0	(58.146)
Encargos regulatórios a recolher	5.087	9.900
Provisões	(7.200)	(5.279)
Valores a pagar Funcesp	(93)	2.599
Reserva Global de Reversão	(1.240)	(1.240)
Outros	23.549	(20.269)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	693.063	589.892
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(639.475)	(253.864)
Aplicações financeiras	(593.106)	(235.995)
Imobilizado	(165)	(2.097)
Intangível	(1.000)	(772)
Investimentos	(49.998)	(20.100)
Dividendos recebidos	4.794	5.100
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	(56.289)	(335.554)
Adições de empréstimos	100.000	621.696
Pagamentos de empréstimos (principal)	(50.488)	(46.477)
Pagamentos de empréstimos (juros)	(87.428)	(61.466)
Transações com acionistas não controladores	(8.246)	(6.745)
Instrumentos financeiros derivativos	(10.127)	0
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	0	(842.562)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(2.701)	474
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.740	6.585
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.039	7.059
Varição em caixa e equivalentes de caixa	(2.701)	474